



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

1. Este Termo de Referência foi elaborado com o objetivo de determinar os elementos necessários e suficientes para caracterizar o objeto da licitação, assegurando a viabilidade técnica, a avaliação do custo dos serviços, a definição de métodos e prazos, bem como orientar a execução e a fiscalização do contrato.
2. A contratação será realizada através de licitação, na modalidade de PREGÃO, em sua forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço e observará os preceitos gerais de Direito Público, e em especial as disposições da Lei nº 10.520/2002, combinado com o Decreto 10.024/2019, e subsidiariamente a Lei nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores, e será ainda subordinada às condições e exigências estabelecidas no Edital.
3. **Os serviços de seguro para a frota veicular do TRE/MS**, aqui definidos objetivamente, de acordo com padrões de desempenho e qualidade usuais de mercado, enquadram-se como serviço comum para fins do disposto no Decreto 10.024/2019.

CAPÍTULO II – JUSTIFICATIVA

1. Os serviços de seguro facultativo veicular para a frota do TRE/MS visam a atender a necessidade administrativa de compartilhamento de risco financeiro e patrimonial decorrente de eventos que possam ocorrer com os veículos do TRE/MS (sinistros, acidentes) e que resultem em danos parciais ou totais a esses próprios veículos ou a veículos ou bens de terceiros, ou, ainda, em danos a pessoas.
2. A contratação pretendida tem consonância com o planejamento estratégico deste TRE/MS, uma vez que consta na sua programação orçamentária e financeira anual.
3. Os serviços a serem contratados não se enquadram como serviços continuados, devendo sua contratação restringir-se ao período de 12 meses (contados do início da vigência da apólice para cada grupo de veículos).

CAPÍTULO III - OBJETO

1. Contratação de seguro facultativo para veículos da frota do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul.
2. A contratação do seguro segue as normas regulamentadoras expedidas pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados.
3. Em conformidade com a Decisão 400/1995 do Tribunal de Contas da União (TCU) a contratação será efetivada diretamente com empresa seguradora, não sendo permitida a apresentação de proposta por corretora de seguros.

CAPÍTULO IV - DOS VEÍCULOS, DAS VIGÊNCIAS DAS APÓLICES E DOS PREÇOS MÁXIMOS

1. O seguro veicular a ser contratado contemplará 76 (setenta e seis) veículos componentes da frota de veículos do TRE/MS, conforme listagem do Anexo I-A.
2. Os veículos estão divididos em quatro itens (conjuntos), a saber:
 - a) **Item 1:** composto por 7 (sete) veículos (subitens 1.1 a 1.7), com cobertura de seguro vigente, e cuja nova apólice terá vigência de 12 (doze) meses, considerado o início da cobertura às 24 (vinte e quatro)

horas do dia 15/03/2023 e término às 24 (vinte e quatro) horas do dia 15/03/2024;

b) **Item 2:** composto por 2 (dois) veículos (subitens 2.1 a 2.2), com cobertura de seguro vigente, e cuja nova apólice terá vigência de 12 (doze) meses, considerado o início da cobertura às 24 (vinte e quatro) horas do dia 06/05/2023 e término às 24 (vinte e quatro) horas do dia 06/05/2024;

c) **Item 3:** composto por 47 (quarenta e sete) veículos (subitens 3.1 a 3.47), com cobertura de seguro vigente, e cuja nova apólice terá vigência de 12 (doze) meses, considerado o início da cobertura às 24 (vinte e quatro) horas do dia 29/05/2023 e término às 24 (vinte e quatro) horas do dia 29/05/2024;

d) **Item 4:** composto por 20 (vinte) veículos (subitens 4.1 a 4.20), com cobertura de seguro vigente, e cuja nova apólice terá vigência de 12 (doze) meses, considerado o início da cobertura às 24 (vinte e quatro) horas do dia 31/07/2023 e término às 24 (vinte e quatro) horas do dia 31/07/2024;

3. O critério de julgamento será o de menor preço global, considerado o somatório dos prêmios de seguro para os 76 (setenta e seis) veículos a serem segurados.

3.1. O agrupamento se justifica pois, apesar de haverem datas diferentes de vigência das apólices, o serviço a ser contratado é único, qual seja: seguro para a frota de veículos do TRE/MS.

4. O preço global máximo a ser admitido é de **R\$ 80.588,69 (oitenta mil, quinhentos e oitenta e oito reais e sessenta e nove centavos)**.

4.1. O intervalo mínimo de diferença entre os lances será de **R\$ 50,00 (cinquenta reais)** sobre o valor global, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

5. A sinistralidade informada refere-se apenas ao caso de ocorrência de sinistro com acionamento da cobertura securitária, no período compreendido desde a vigência 2017/2018 até a data de elaboração deste documento.

6. Não há, no presente momento (dezembro/2022), veículo a ser coberto pelo seguro em razão de sinistro ocorrido.

7. A lotação e a utilização do veículo informadas correspondem à situação em dezembro/2022, reservando-se ao TRE/MS o direito de realocação de qualquer veículo ou alteração das condições de sua utilização, de acordo com sua necessidade.

8. Constam no Anexo I-B as atuais apólices de seguro dos veículos deste TRE/MS, de modo que as empresas interessadas possam coletar delas os dados de que necessitem para elaboração de suas propostas.

Contratada: PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS

- a) Item 1: apólice n.º 0531 20 3083889 ;
- b) Item 2: apólice n.º 0531 20 3115942;
- c) Item 3: apólice n.º 0531 20 3126545; e,
- d) Item 4: apólice n.º 0531 20 3207740.

CAPÍTULO V - DA ESPECIFICAÇÃO E DAS CONDIÇÕES DOS SEGUROS

1. O seguro veicular deverá cobrir, ao menos, os seguintes eventos:

- a) COLISÃO: perda total ou danos materiais por colisão, capotamento, abalroamento, queda, acidente, queda de objetos estranhos sobre o veículo, submersão por inundação ou alagamento de água doce, granizo, bem como despesas necessárias como socorro e salvamento;
- b) INCÊNDIO: perda total ou danos materiais parciais por incêndio, bem como despesas necessárias com socorro e salvamento;
- c) ROUBO: roubo ou furto do veículo;
- d) DANOS MATERIAIS A TERCEIROS: danos materiais causados a terceiros pelo veículo;
- e) DANOS CORPORAIS A TERCEIROS: danos corporais causados a terceiros pelo veículo;
- f) ACIDENTES PESSOAIS DE PASSAGEIRO: Garante indenização por morte, invalidez permanente total ou parcial em virtude de acidente com o veículo.

2. Os valores das COBERTURAS do seguro são os seguintes:

COBERTURAS	VALOR SEGURADO (R\$)
COLISÃO, INCÊNDIO E ROUBO (Compreensiva)	O valor de cobertura terá como base o valor de mercado de acordo com a Tabela FIPE (a indenização será de 100% do valor da tabela FIPE relativa à região de taxação do risco e do mês em que for paga a indenização, para casos de indenização integral)
RCFV – DANOS MATERIAIS A TERCEIROS	150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)
RCFV – DANOS CORPORAIS A TERCEIROS	150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)
APP – ACIDENTES PESSOAIS DE PASSAGEIROS – MORTE	100.000,00 (cem mil reais) por ocupante do veículo
APP – INVALIDEZ PERMANENTE TOTAL OU PARCIAL POR ACIDENTE	100.000,00 (cem mil reais) por ocupante do veículo

3. Além dos eventos principais indicados acima, o seguro deverá incluir, também:

a) **PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA 24 HORAS, SEM PAGAMENTO DE FRANQUIA**, a todos os veículos segurados, disponível no território nacional, que deverá compreender, no mínimo:

a.1) a prestação de socorro, reboque ou transporte do veículo segurado até a oficina mais próxima ao local do evento, em casos de falha mecânica ou elétrica, bem como na ocorrência qualquer outro eventual sinistro;

a.1.1) o reboque ou transporte do veículo segurado deverá ser prestado de forma gratuita pela seguradora, independente da distância a ser percorrida, dentro do Estado de Mato Grosso do Sul;

a.2) o transporte de pessoas ocupantes do veículo, na ocorrência de avaria ou evento coberto, até uma unidade da Justiça Eleitoral mais próxima da ocorrência do evento;

a.3) o serviço de troca de pneus quando o veículo estiver impossibilitado de se deslocar devido a problemas no pneu e/ou estepe;

a.4) o serviço de chaveiro, quando o veículo não puder ser aberto em virtude da perda ou extravio das chaves, seu esquecimento no interior do veículo, ou quebra na fechadura, na ignição ou tranca de direção. O serviço será prestado mediante o envio de chaveiro ao local do evento;

b) Serviço de proteção a vidros, lanternas, retrovisores e faróis, com pagamento de franquia, atendendo às condições indicadas na cláusula 6 abaixo.

4. O valor da franquia de seguro para a cobertura compreensiva de cada veículo deverá ser do tipo REDUZIDA (50% do valor da franquia básica).

4.1. A proposta de preços deverá indicar o tipo de franquia (reduzida) e os valores individuais da franquia de cada veículo.

4.2. O valor da franquia de seguro para a cobertura compreensiva por veículo não poderá ser superior ao valor indicado no Anexo I-A do Termo de Referência, sob pena de desclassificação da proposta de

preços.

4.2.1. Caso haja indicação na proposta de valor da franquia de seguro para a cobertura compreensiva superior ao limite do Anexo I-A, a empresa proponente será convocada para ajuste do valor e, caso não haja a adequação ao limite, sua proposta será recusada.

5. Nos casos das coberturas de APP e RCFV (responsabilidade civil facultativa de veículo) não haverá franquia.

6. Os valores de franquias considerados especificamente para ocorrência de sinistros com substituições unicamente de itens como para-brisas frontais, vidros traseiros, vidros laterais, retrovisores, faróis e lanternas não deverão exceder aos limites máximos indicados na descrição da proposta da empresa vencedora, para cada item, não sendo cumulativas com a franquia de que trata a cláusula 4 acima.

6.1. Na ausência de informação referente aos valores das franquias (de para-brisas frontais, vidros traseiros, vidros laterais, retrovisores, faróis e lanternas) na descrição da proposta encaminhada pela empresa será considerado o valor R\$ 0,00 (zero).

6.2. As franquias de que trata a cláusula 6 serão aplicadas de acordo com a quantidade de peças sinistradas. Assim, por exemplo, se houver a quebra simultânea de um farol e uma lanterna, será cobrada uma franquia para o farol e outra para a lanterna.

6.3. Havendo sinistro com a necessidade específica de substituição de troca de lente de retrovisores e reparo em trincas de para-brisas, não será admitido à seguradora cobrar franquia para esses serviços.

7. Aplicam-se ao seguro a ser contratado as seguintes condições gerais:

a) Considera-se perda total quando o valor estimado para reparação for igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor da importância segurada do veículo;

b) A modalidade de seguro a ser contratada é a de valor de mercado, tendo como referência a Tabela FIPE (a indenização será de 100% do valor da tabela FIPE relativa à região de taxação do risco e do mês em que for paga a indenização, para casos de indenização integral);

c) O seguro não inclui acessórios dos veículos, tais como: cds players, etc;

d) O condutor é indeterminado, sendo qualquer servidor, prestador de serviços (terceirizado) ou colaborador do Tribunal, legalmente habilitado;

e) As condições do seguro aplicam-se única e exclusivamente a sinistros ocorridos no território nacional.

8. O seguro será prestado na modalidade de adesão, devendo a empresa entregar o Termo, Contrato de Adesão ou Apólice ao TRE/MS acompanhado das Condições Gerais do seguro onde constarão as regras e regulamentos do seguro, não podendo contrariar o disposto no Termo de Referência.

9. Reserva-se à seguradora contratada ou aos interessados em participar da licitação o direito de proceder à inspeção e vistoria dos veículos que serão segurados e a averiguação das circunstâncias que aos mesmos se refiram.

CAPÍTULO VI - VISTORIA DE VEÍCULOS

1. Em havendo vistoria, o laudo deverá ser emitido em 2 (duas) vias uma das quais será entregue ao Tribunal juntamente com o documento para pagamento do prêmio no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da Nota de Empenho.

2. A vistoria prevista acima, em hipótese nenhuma, poderá servir de pretexto para a majoração de preços apresentados na licitação, sendo aceito apenas a recusa motivada do veículo em função do estado de conservação.

3. Entregue o laudo da vistoria e o documento de pagamento do prêmio, o seguro, para todos os efeitos, já estará em vigência (observado o disposto na cláusula correspondente do Termo de Referência).

4. Caso a seguradora não tenha interesse de realizar vistoria deverá comunicar tal fato ao Tribunal e encaminhar o documento para pagamento do prêmio no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da Nota de Empenho.

4.1. O encaminhamento do documento para pagamento do prêmio de seguro configurará o desinteresse da seguradora em realizar a vistoria, independente de comunicação nesse sentido.

CAPÍTULO VII - DO SINISTRO

1. Em caso de sinistro o Tribunal providenciará os documentos necessários para apresentação à seguradora, tais como: Boletim de Ocorrência - BO ou Boletim de Registro de Acidente de Trânsito - BRAT, Aviso de Sinistro, etc., comunicando a ocorrência à seguradora, bem como colocará à disposição da seguradora o bem sinistrado para a realização de vistoria e/ou perícia.

2. No caso de reparo de danos, por se tratar de obrigação contratual, o Tribunal fará o pagamento da franquia à seguradora.

2.1. Para o pagamento da franquia, a seguradora deverá encaminhar ao TRE/MS documento para pagamento da mesma, observando possíveis retenções previstas na Instrução Normativa nº 1234/SRF e alterações posteriores.

2.2. A seguradora deve providenciar para que a franquia seja cobrada do TRE/MS, não sendo admitida qualquer cobrança por parte da oficina que efetuou o reparo.

2.2.1. A franquia deverá ser cobrada do TRE/MS após a realização do reparo e entrega do veículo.

2.2.2. Possível cobrança de franquia pela oficina será comunicada, por e-mail, ao representante da seguradora para a regularização no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

3. Tratando-se de roubo ou furto total do veículo segurado, decorridos 30 (trinta) dias do aviso às autoridades policiais e não tendo sido o mesmo apreendido nem localizado oficialmente, mediante comprovação hábil, a Seguradora deverá indenizar o segurado pelo valor de mercado constante na tabela FIPE.

4. O pagamento de indenização somente será devido após o pagamento do prêmio de seguro, sendo a indenização paga no máximo até o valor das importâncias seguradas.

5. O prazo máximo para pagamento da indenização é de 30 (trinta) dias, contados a partir do cumprimento das exigências do segurado (TRE/MS).

CAPÍTULO VIII - PRAZOS E LOCAL DE ENTREGA DA APÓLICE

1. Salvo disposição específica em contrário, as apólices ou contratos de seguro deverão ser entregues até a data prevista para início da cobertura de seguro de cada item (conjunto) de veículos.

1.1. O seguro será considerado vigente, pelos prazos previstos no Termo de Referência, após o recebimento da nota de empenho pela Seguradora, independente de eventual atraso na emissão e/ou entrega das apólices.

2. As apólices e documentos referentes a esta contratação deverão ser entregues na Seção de Transporte do TRE/MS, no seguinte endereço: Rua Delegado José Alfredo Hardman, 180 – Jardim Veraneio, CEP: 79037-106, Campo Grande/MS, no horário de 12h às 18h, de segunda à sexta-feira.

2.1. As apólices e demais documentos poderão ser enviados, também, por meio eletrônico para o endereço setran@tre-ms.jus.br.

CAPÍTULO IX - DO PAGAMENTO DO PRÊMIO DO SEGURO

1. O pagamento dos prêmios de seguro será feito em até 4 etapas, conforme a previsão de início da vigência do seguro para os itens 1, 2, 3 e 4, e observado o prazo de apresentação dos documentos fiscais indicados na cláusula 2 abaixo.

2. A seguradora deverá encaminhar ao TRE/MS os documentos fiscais próprios para pagamento dos prêmios do seguro contratado até 15 dias úteis anteriores ao início da vigência da cobertura do seguro para cada item (conjunto) de veículos, de modo que o pagamento dos prêmios de seguro ocorra antes do início dessa vigência.

2.1. O seguro será considerado vigente, pelos prazos previstos no Termo de Referência, independente de eventual atraso no envio do documento de pagamento pela Seguradora.

2.2. Para fins de atendimento a IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a seguradora deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação.

3. O pagamento do prêmio do seguro ou, quando for o caso, da franquia, será efetuado mediante depósito em conta-corrente registrada em nome da pessoa jurídica vencedora do certame licitatório, no prazo de até 7 (sete) dias úteis após a **atestação**, pelo fiscal responsável pela contratação, do documento fiscal de pagamento apresentado e mediante a **comprovação da existência de conta bancária** válida e ativa em

nome da empresa.

4. Será retida na fonte sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, a alíquota dos seguintes impostos:

a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, Cofins e Pis/Pasep, nos termos da Lei 9.430/96.

b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.

5. **É condição para pagamento** do valor constante do documento fiscal emitido pela Seguradora, a prova de regularidade fiscal com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), mediante apresentação do CRF e da CND, bem como regularidade trabalhista, mediante apresentação de CNDT, **devidamente válidos**.

6. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $i = \text{taxa percentual anual do valor de } 6\%, I = i / 365 \rightarrow I = (6/100) / 365$.

CAPÍTULO X - DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

1. A fiscalização, o acompanhamento e a orientação relativos à prestação dos serviços ficarão a cargo de servidor (es) lotado (s) na Seção de Transporte do TRE/MS, designado (s) para esse fim.

2. O contato entre o Tribunal e a seguradora será mantido, prioritariamente, por intermédio da Fiscalização.

3. Caberão à fiscalização as seguintes funções:

a) receber as apólices de seguro e certificar a correção das informações nelas constantes, principalmente em relação aos dados dos veículos segurados, das importâncias seguradas e das franquias aplicáveis;

b) acompanhar e fiscalizar a prestação de serviços pela contratada;

c) orientar os usuários dos veículos do TRE/MS quanto aos procedimentos para acionamento do seguro;

d) manter registro das ocorrências relacionadas à prestação dos serviços, para fins de acompanhamento do desempenho da contratada;

e) comunicar à contratada as falhas detectadas, através de Ordem de Serviço (O.S.) numerada e, de preferência, em 2 (duas) vias, uma das quais será visada pela empresa, só assim produzindo seus efeitos;

f) comunicar à Administração o cometimento de falhas pela contratada, que impliquem comprometimento da prestação dos serviços e/ou aplicação de penalidades previstas;

g) outras atribuições pertinentes à contratação ou que lhe forem conferidas pela Administração.

CAPÍTULO XI - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. Em caso de descumprimento de cláusulas deste Termo de Referência, será instaurado processo administrativo para apuração da responsabilidade, no qual a contratada será imediatamente notificada, preferencialmente por meio eletrônico, para apresentar Defesa Prévia, contendo justificativa e documentação probatória, se houver, sob pena da aplicação das sanções cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Parágrafo Único. **A CONTRATADA deverá confirmar expressamente o recebimento da notificação, considerando-se totalmente ciente do teor da comunicação após o prazo de 1 (um) dia útil da data de envio da correspondência eletrônica.**

2. Será aplicada **ADVERTÊNCIA** nos casos literalmente indicados e nos casos de incorreções de menor gravidade, assim analisados pelo Contratante, tais como:

a) quando não houver atendimento imediato às Ordens de Serviços procedentes da constatação de defeitos ou incorreções dos serviços prestados;

b) sempre que for verificada alguma falha de pequeno porte, assim entendida pela fiscalização da contratação, e não disciplinada de forma diversa neste Termo de Referência.

3. Será aplicada **MULTA**:

a) de 1% (um por cento) sobre o valor total do Item, caso a contratada incorra em atraso de mais de 30

(trinta) dias na entrega da apólice, prevista na cláusula 1 do Capítulo VII deste Termo de Referência;

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da contratação, caso a contratada recuse-se a receber Nota de Empenho, assinar qualquer termo de alteração ou aditivo que seja considerado obrigatório, na forma prevista em Lei ou no caso de atraso ou não encaminhamento do documento necessário ao pagamento;

c) de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Item, se a contratada se recusar a cumprir com obrigação prevista neste Termo de Referência, sem motivo consistente devidamente apurado pelo Tribunal;

d) de 20% (vinte por cento) do valor total da contratação, se por falhas sucessivas ou por total descumprimento das condições desta contratação, levar o Tribunal ao cancelamento desta contratação;

3.1. O CONTRATANTE poderá efetuar a retenção do valor da multa moratória presumida, até o limite de 20% (vinte por cento), dos pagamentos devidos à contratada.

3.1.1. A retenção perdurará até a finalização do procedimento administrativo instaurado para a apuração das falhas contratuais, e o valor será restituído à contratada, em caso de não aplicação da penalidade de multa.

3.1.2. Caso o valor da multa aplicada extrapolar o valor retido, serão adotadas as providências previstas nos subitens 3.2 e 3.3 abaixo;

3.2. Aplicada a penalidade, a CONTRATADA será notificada para recolher o valor da multa, por meio de GRU, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da notificação;

3.3. Caso não haja recolhimento, a multa :

a) poderá ser compensada por créditos da contratada relativos ao mesmo contrato;

b) poderá ser descontada do valor da garantia, quando houver, caso não houver créditos ou se estes forem insuficientes para cobrir o valor total da multa;

c) poderá ser encaminhada para inscrição em Dívida Ativa da União, após esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA.

3.4. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da notificação do CONTRATANTE.

3.5. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

4. Será aplicada a penalidade de **IMPEDIMENTO DE CONTRATAR** com a União, por prazo não superior a 5 (cinco) anos, sem prejuízo da multa:

a) convocados, dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato ou assinar a ata de registro de preços;

b) deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa;

c) não manter a proposta no certame licitatório;

d) comportar-se de modo inidôneo durante o procedimento licitatório ou na fase de execução contratual;

e) ensejar o retardamento do objeto contratado;

f) cometer fraude fiscal;

g) falhar, ou fraudar, na execução do contrato.

5. Na aplicação das sanções, serão consideradas a gravidade da conduta praticada, a intensidade do dano provocado, a reincidência e o caráter educativo da pena, segundo os critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

5.1. Em caso de reincidência, a multa poderá ser majorada até o dobro.

5.2. Para determinar a reincidência, serão considerados os antecedentes da contratada nos últimos cinco anos, contados da primeira decisão administrativa definitiva de aplicação de penalidade perante o CONTRATANTE.

6. Da aplicação das sanções de multa e suspensão caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato, à autoridade superior do TRE/MS.

7. As penalidades serão registradas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores — SICAF, bem como em cadastro interno de inadimplentes para fins de aplicação do subitem 5.

CAPÍTULO XII - DOS DIREITOS E DEVERES DO TRE/MS

1. Requisitar a prestação dos serviços relativos ao seguro contratado, na forma prevista neste Termo de Referência.
2. Exigir da contratada o fiel cumprimento dos deveres e obrigações decorrentes desta contratação.
3. Designar servidor(es) para acompanhamento e fiscalização desta contratação.
4. Verificar a manutenção pela contratada das condições de habilitação estabelecidas na licitação.
5. Aplicar penalidades à contratada, por descumprimento contratual.
6. Efetuar o pagamento à contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.

CAPÍTULO XIII - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. Executar os serviços decorrentes desta contratação na forma e condições determinadas no Edital e seus anexos.
2. Indicar telefone de contato de funcionário / setor responsável pelo atendimento das ocorrências junto à fiscalização do TRE/MS.
3. Atender às solicitações e determinações da Fiscalização, feitas por Ordens de Serviços.
4. Fornecer todas as informações e elementos necessários à consecução das atividades da fiscalização.
5. Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.
6. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada à prestação dos serviços, sendo de inteira responsabilidade da contratada a contratação de funcionários necessários à perfeita execução dos serviços.
7. A contratada fica, nos termos do § 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93, obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões de até 25 % (vinte e cinco por cento) que se fizerem necessários.
8. Receber os valores que lhe forem devidos pela prestação de serviços, na forma disposta neste Termo de Referência.
9. Abster-se de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, bem como observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Conduta Ética do TRE/MS (Resolução 690/2020);
10. Dar plena ciência do disposto na Resolução 665/2019, a qual dispõe sobre o procedimento de apuração de responsabilidade e aplicação de penalidades a pessoa física ou jurídica decorrentes de descumprimento de regras licitatórias e/ou obrigações contratuais no âmbito do TRE/MS;
11. Dar conhecimento, aos funcionários de seus respectivos quadros que participarão da execução contratual, sobre o Código de Conduta Ética do TRE/MS para ciência e responsabilidade em sua observância.
 - 11.1 O mesmo se aplica à subcontratada (se for o caso);
12. Proteger informações confidenciais e privilegiadas, conforme regulamento próprio.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO



Documento assinado eletronicamente por **ROGÉRIO LINS QUADROS**, **Chefe de Seção**, em 24/02/2023, às 15:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA JULIA DE ARRUDA MESTIERI**, **Analista Judiciário**, em 24/02/2023, às 16:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.





A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.app.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1398141** e o código CRC **AB9BC6D4**.

0001372-95.2023.6.12.8000

1398141v4